

A DOCUMENTAÇÃO PEDAGÓGICA COMO ESTRATÉGIA DE AVALIAÇÃO: O PAPEL DO REGISTRO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS

Soraia Pontes Ferreira¹.

<https://lattes.cnpq.br/6181418524937010>

RESUMO: Este capítulo analisa a centralidade do registro no processo avaliativo na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. O objetivo geral é investigar como a documentação pedagógica subsidia a avaliação mediadora e as intervenções docentes. Metodologicamente, a pesquisa caracteriza-se como um estudo qualitativo, integrando pesquisa bibliográfica fundamentada em autores como Hoffmann, Libâneo, e referências contemporâneas como Oliveira-Formosinho e Pascal (2019), além de uma pesquisa de campo com observação participante e entrevistas em uma instituição municipal. Os resultados indicam que, enquanto no Infantil IV o registro foca no desenvolvimento socioafetivo e motor, no 2º ano do Fundamental ele assume caráter diagnóstico para a alfabetização. Conclui-se que o registro não é uma exigência burocrática, mas uma ferramenta ética e política que torna o aprendizado visível, permitindo que o professor reflita sobre sua prática e ajuste suas metodologias às singularidades de cada criança, garantindo os direitos fundamentais preconizados pela BNCC e LDB.

PALAVRAS-CHAVE: Práticas Pedagógicas. Observação. Formação Docente.

PEDAGOGICAL DOCUMENTATION AS AN ASSESSMENT STRATEGY: THE ROLE OF RECORD KEEPING IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION AND THE INITIAL YEARS OF ELEMENTARY SCHOOL

ABSTRACT: This chapter analyzes the centrality of recording in the evaluation process in Early Childhood Education and in the early years of Elementary School. The general objective is to investigate how pedagogical documentation supports mediating assessment and teaching interventions. Methodologically, the research is characterized as a qualitative study, integrating bibliographical research based on authors such as Hoffmann, Libâneo, and contemporary references such as Oliveira-Formosinho and Pascal (2019), in addition to field research with participant observation and interviews in a municipal institution. The results indicate that, while in Infant IV the record focuses on socio-affective and motor development, in the 2nd year of Elementary it takes on a diagnostic character for literacy. It is concluded that registration is not a bureaucratic requirement, but an ethical and political tool that makes learning visible, allowing teachers to reflect on their practice and adjust their methodologies to the singularities of each child, guaranteeing the fundamental rights recommended by BNCC and LDB.

KEYWORDS: Pedagogical Practices. Observation. Teacher Training.

INTRODUÇÃO

A avaliação na Educação Infantil constitui um dos pilares mais complexos e fundamentais da prática pedagógica contemporânea. Diferente de outros níveis de ensino, onde a quantificação de resultados muitas vezes impera através de sistemas de notas e exames padronizados, na primeira etapa da educação básica ela deve ser compreendida como um acompanhamento contínuo, processual e mediador do desenvolvimento integral da criança, mapeando processos e acolhendo descobertas. Avaliar, neste contexto, desdobra-se como uma ação dialógica, superando a visão classificatória para tornar-se um instrumento de apoio ao desenvolvimento integral (HOFFMANN, 2012; LUCKESI, 2018).

Este capítulo discute a centralidade do registro como ferramenta indispensável para que a avaliação cumpra sua função diagnóstica e formativa. A documentação pedagógica, conforme discutido por Oliveira-Formosinho e Pascal (2019), transcende a burocracia; ela constitui-se como uma “pedagogia da escuta” que valoriza os processos em detrimento dos produtos, torna-se uma ferramenta de reflexão sobre a própria prática docente e um histórico vital da trajetória do aluno. Sem o registro, a observação docente corre o risco de tornar-se efêmera, enquanto a documentação permite que a prática se torne reflexiva e baseada em evidências do cotidiano (RINALDI, 2017).

Através de uma análise que une o referencial teórico às observações diretas em ambiente escolar, busca-se demonstrar como a sistematização do olhar do professor permite fundamentar futuras intervenções e garantir o direito de aprendizagem de cada criança. Este estudo propõe que o ato de registrar é, antes de tudo, um ato político e ético de dar visibilidade às infâncias, permitindo que o educador saia do campo da subjetividade e construa uma prática baseada em evidências do desenvolvimento infantil.

OBJETIVO

O presente estudo tem como objetivo geral analisar a importância do registro como instrumento central do processo avaliativo na transição entre a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental.

Como objetivos específicos, o trabalho propõe-se a:

- Investigar as bases legais e normativas, especificamente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que norteiam a avaliação formativa no contexto brasileiro;
- Discutir o conceito de “Olhar Sensível” na avaliação, a partir de perspectivas teóricas contemporâneas;
- Identificar e descrever os principais instrumentos de registro (portfólios, relatórios descritivos e fichas diagnósticas) utilizados no cotidiano das instituições de ensino;
- Analisar a percepção de docentes regentes quanto ao impacto do registro na qualificação das metodologias de ensino e na mediação da aprendizagem.

METODOLOGIA

Este capítulo fundamenta-se numa pesquisa qualitativa, composta por duas etapas complementares: a pesquisa bibliográfica e o estudo de campo de caráter observacional e analítico. Segundo Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações humanas e pedagógicas que não podem ser reduzidas a operacionalização de variáveis.

A fundamentação teórica foi construída a partir dos pensamentos de autores como Hoffmann (2012), Libâneo (1994), Piletti (2003), Barbosa e Horn (2008), e produções recentes de Ostetto (2017) e Fernandes (2021). A análise técnica incluiu documentos normativos como a LDB 9.394/96 e a BNCC, buscando compreender as diretrizes nacionais para a avaliação na infância.

O estudo de campo foi realizado na Escola Guadalajara, instituição da rede municipal de Caucaia-CE. A coleta de dados utilizou a técnica de observação participante em duas realidades distintas: uma turma de Educação Infantil IV (crianças de 4 anos) e uma turma de 2º ano do Ensino Fundamental (crianças de 7 a 8 anos). Para a recolha de dados, além da observação das rotinas pedagógicas, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com as professoras regentes. O roteiro de entrevista focou na organização da documentação pedagógica, na frequência dos registros e na utilização prática das produções dos alunos para o replanejamento das ações educativas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E DISCUSSÃO

O Amparo Legal: Avaliar sem classificar

A legislação brasileira é clara ao definir que a avaliação na Educação Infantil não possui fins de promoção ou classificação. A LDB nº 9.394/96, em seu artigo 31, estipula que a avaliação será feita mediante o acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças. Isso retira o peso da «nota» e coloca a ênfase no «processo».

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) avança neste conceito ao propor os Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento (conviver, brincar, participar, explorar, comunicar e conhecer-se). Avaliar passa a ser o ato de observar como a criança exerce esses direitos. O professor deixa de ser um testador de conhecimentos para tornar-se um documentarista de vivências. Como afirma Fernandes (2021), a avaliação formativa exige uma integração profunda entre ensino e aprendizagem, onde o registro serve como motor para o replanejamento das rotinas.

Para Libâneo (1994), a avaliação é uma tarefa didática necessária e contínua, que não se reduz à prova, mas se expande para a apreciação qualitativa do progresso do aluno. Nesta mesma linha de raciocínio, Piletti (2003) enfatiza que o aluno deve ser avaliado diariamente e não somente nos dias de provas ou outras atividades avaliativas previamente marcadas, mas sim constantemente em cada atividade desenvolvida. Com base nessa afirmativa, percebe-se a relevância de manter registrado o desenvolvimento do aprendiz

da criança em sala de aula, transformando a observação em dados concretos que impedem a perda de informações valiosas sobre o percurso individual de cada estudante.

A Documentação Pedagógica e o “Olhar Sensível”

Jussara Hoffmann (2012) é uma das vozes mais potentes ao defender a “Avaliação Mediadora”. Para a autora, avaliar é ter curiosidade pelo outro. Esse olhar sensível requer que o professor se desprenda de padrões pré-estabelecidos e tente compreender a lógica da criança em suas produções.

Nesse cenário, a documentação pedagógica assume um papel central. Ela não é apenas o registro do que foi feito, mas a interpretação do que as crianças estão aprendendo. Barbosa e Horn (2008) destacam que o registro permite que o professor organize o pensamento e torne o aprendizado visível para a criança, para a família e para a própria escola. Diferentes modalidades podem ser adotadas:

- **Portfólios:** Funcionam como uma “biografia da aprendizagem”, reunindo desenhos, falas transcritas e fotos que mostram a evolução do traço, da oralidade e da percepção de mundo.
- **Dossiês:** Agrupamentos de materiais sobre projetos específicos, permitindo ver como o grupo evoluiu em determinado tema.
- **Relatórios Individuais:** Narrativas textuais que descrevem as conquistas e os desafios, focando em fatos observados.

Análise da Prática: Do Infantil IV ao Ensino Fundamental

A pesquisa de campo permitiu observar a transição dessas práticas. Na turma de Educação Infantil IV, a avaliação é essencialmente observacional e lúdica. O registro foca na socialização, na coordenação motora fina (uso da massinha, blocos de montar) e na inserção da criança no ambiente coletivo. A documentação serve para fundamentar o planejamento da professora e dar suporte às necessidades individuais, como observado no acompanhamento de alunos com diagnóstico de autismo.

No 2º ano do Ensino Fundamental, a documentação pedagógica assume contornos mais diagnósticos voltados ao letramento. O uso de “Fichas Diagnósticas” e “Quadro de Evolução de Leitura” permite à docente mapear a zona de desenvolvimento proximal de cada aluno. Foi observado o projeto “Leia e Passe Adiante”, onde o registro da criança sobre uma leitura domiciliar funciona como um instrumento de avaliação da compreensão textual e da escrita, unindo o contexto formal da escola ao informal da casa.

O Impacto do Registro na Prática Docente

As entrevistas revelaram que o registro garante a continuidade pedagógica. Uma docente afirmou: “Através dos registros posso melhorar minhas práticas”. Essa fala demonstra que a documentação observada atua como uma “memória pedagógica” (OSTETTO, 2017), permitindo ao educador revisitar suas intenções e ajustar o percurso

de acordo com as respostas singulares de cada criança, assegurando o rigor da avaliação formativa (FERNANDES, 2021).

Entretanto, as docentes também apontaram desafios, como a falta de participação familiar. Ficou evidente que o registro perde parte de sua força mediadora se não houver um diálogo entre a escola e a casa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória percorrida neste estudo reforça que a avaliação e o registro não são tarefas acessórias, mas faces da mesma moeda no fazer pedagógico de excelência. A documentação pedagógica é o que salva o trabalho docente do improvisado.

Conclui-se que o registro cumpre três funções fundamentais. Primeiro, para a criança, ao ver suas produções valorizadas e documentadas, ela constrói uma autoimagem positiva. Segundo, para o professor, os registros servem como base sólida para o planejamento de intervenções. Terceiro, para as famílias, a documentação torna o processo educativo transparente. O desafio que se apresenta é a formação contínua dos professores para que o registro seja uma prática reflexiva constante, garantindo que a avaliação seja, de fato, um instrumento de garantia dos direitos das crianças na educação.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, M. C. S.; HORN, M. G. S. **Projetos pedagógicos na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96. Brasília, 1996.
- BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- FERNANDES, Domingos. **Avaliação formativa e feedback: para aprender e melhorar as aprendizagens**. Porto Alegre: Penso, 2021.
- HOFFMANN, Jussara. **Avaliação e educação infantil: Um olhar sensível e reflexivo sobre a criança**. 12. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- OLIVEIRA-FORMOSINHO, J.; PASCAL, C. **Documentação pedagógica: por uma pedagogia da escuta e da participação**. Porto Alegre: Penso, 2019.
- OSTETTO, Luciana Esmeralda. **Registros na Educação Infantil: olhar sensível, escuta atenta, escrita reflexiva**. Campinas: Papyrus, 2017.
- PILETTI, Nelson. **Estrutura e funcionamento do ensino fundamental**. 26. ed. São Paulo: Ática, 2003.
- PIMENTA, Selma Garrido. **O Estágio na Formação de Professores: unidade teoria e prática?** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2009.